

POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DE AUDITORIA INDEPENDENTE E SERVIÇOS EXTRA AUDITORIA

1. OBJETIVO

A presente Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente e de Serviços Extra Auditoria (“Política”), visa estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Ânima Holding S.A. (“Companhia”), suas coligadas e/ou controladas em relação à contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestados pelo Auditor Independente ou por Parte Relacionada do Auditor Independente, com intuito de assegurar o cumprimento das normas de governança corporativa, bem como garantir a transparência no processo de contratação e a independência do prestador de serviço.

Acima de tudo, esta política tem o objetivo de tornar transparente o procedimento interno adotado para a contratação de serviços de auditoria, de forma a manter a confiança de seus acionistas e do mercado na fidedignidade e retidão das demonstrações contábeis da Companhia.

2. ABRANGÊNCIA

Esta política aplica-se ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, Diretoria Executiva, assim como toda e qualquer área e colaboradores da Companhia e suas controladas e subsidiárias que estejam envolvidas em processos de seleção, avaliação, e contratação e/ou pagamento de Serviços de Auditoria e/ou Extra Auditoria.

3. REFERÊNCIAS

CBGC – Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas;

CFC – Conselho Federal de Contabilidade;

Código de Conduta e Ética – o Código de Conduta e Ética da Companhia;

Companhia – a Ânima Holding S.A. e suas Controladas e/ou Coligadas;

CVM – Comissão de Valores Mobiliários;

Estatuto Social – o Estatuto Social da Companhia;

Instrução CVM 308/99 – dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, e define os deveres e as responsabilidades dos administradores;

Instrução CVM 381/03 – trata da divulgação, pelas entidades auditadas, de serviços prestados pelo Auditor Independente que não sejam de auditoria externa;

Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades Anônimas;

Partes Relacionadas do Auditor Independente – Pessoas físicas e jurídicas ligadas ao Auditor Independente segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade;

Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

4. DIRETRIZES

4.1 Serviços prestados pelo Auditor Independente

Trata-se da prestação de serviços de auditoria e/ou de revisão das suas demonstrações financeiras, nos termos das normas brasileiras emitidas pelo CFC. É atribuição do Auditor Independente expressar sua opinião

sobre a adequação das demonstrações financeiras da Companhia por meio de relatório emitido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. Deverá emitir, ainda, relatório com as exceções identificadas, classificando-as em deficiências significativas, outras deficiências e oportunidades de melhorias, incluindo as respectivas recomendações decorrentes de sua avaliação do ambiente de controles internos da Companhia realizada durante o processo de auditoria.

4.2 Contratação de Auditoria Independente

Serão consideradas para contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, apenas empresas de auditoria independente, devidamente registrada e habilitada junto aos órgãos reguladores.

Qualquer mudança de empresa de auditoria independente contratada pela Companhia deve ser comunicada à CVM nos prazos previstos em legislação, havendo ou não rescisão do contrato de prestação dos serviços de auditoria independente, com a justificativa da mudança, na qual deverá constar a anuência da empresa de auditoria substituída, na pessoa do sócio responsável pelos trabalhos.

De acordo com a legislação vigente, a empresa de Auditoria Independente contratada não pode prestar os serviços de auditoria por um período superior a cinco anos consecutivos, exigindo-se um intervalo mínimo de três anos para a sua recontração.

No processo de contratação da empresa de auditoria independente devem ser observadas eventuais restrições apontadas pelo Conselho de Administração ou Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, as quais devem ser justificadas formalmente.

A contratação ou substituição da empresa de auditoria independente deve ser avaliada pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que recomendará sua aprovação ao Conselho de Administração da Companhia ou a revisão dos termos de contratação negociados pela Diretoria Executiva da Companhia.

A contratação ou a renovação da contratação da empresa de auditoria independente deve ser formalizada imediatamente após o arquivamento das demonstrações financeiras auditadas relativas ao ano anterior, respeitando as premissas essenciais relativas ao conteúdo técnico, à requerida independência, aos termos de confidencialidade e à rotatividade da empresa de auditoria independente, necessários à condução de seus trabalhos, além de outros aspectos como mudanças de regulamentação, reorganização societária e/ou questões comerciais.

A atuação do Auditor Independente será acompanhada e avaliada, no mínimo, anualmente pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

4.3. Contratação de Serviços Extra Auditoria

Os serviços extra auditoria são aqueles prestados pela empresa de auditoria independente que não estejam relacionados ao exame das demonstrações financeiras anuais e revisões trimestrais.

Serviços extra auditoria, eventualmente prestados pela empresa de auditoria independente ou por suas partes relacionadas, devem ser contratados sempre em caráter de exceção e nos casos em que se justifiquem, observadas as restrições legais pertinentes.

A empresa de auditoria independente contratada não poderá prestar concomitantemente serviços de consultoria à Companhia, suas controladas ou subsidiárias, que possam caracterizar a perda da sua objetividade e independência.

De acordo com a ICVM 308/99 são exemplos de serviços de consultoria que podem se enquadrar nessa situação:

- (i) Assessoria em reestruturação organizacional;
- (ii) Avaliação de empresas;

- (iii) Reavaliação de ativos;
- (iv) Determinação de valores para efeito de constituição de provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingências;
- (v) Planejamento tributário;
- (vi) Remodelamento dos sistemas contábil, de informações e de controle interno;
- (vii) Qualquer produto ou serviço que possa vir a influenciar as decisões tomadas pela administração da empresa auditada.

Os serviços extra auditoria deverão vigorar por prazo determinado, na exata medida necessária para a consecução do escopo contratado.

As contratações de serviços extra auditoria junto à empresa de auditoria independente ou suas partes relacionadas, deverão ser comunicadas à CVM, nos termos e na forma exigidos pela Instrução CVM 381/2003.

Toda contratação de serviços extra auditoria junto à empresa de auditoria Independente ou suas partes relacionadas deverá ser submetida ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que será responsável por avaliar a pertinência da contratação e o nível de independência necessária para a execução do trabalho, independentemente das avaliações realizadas pela própria empresa a ser contratada.

As propostas para contratações de serviços extra auditoria poderão ser enviadas por e-mail para aprovação do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos ou incluídas em pauta de reunião ordinária.

As contratações de serviços extra auditoria não poderão ultrapassar o limite de 30% em relação aos honorários anuais da auditoria das demonstrações financeiras.

Eventuais exceções às regras previstas nesta política deverão ser discutidas e aprovadas pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

4.4. Contratação de membros da equipe de auditoria

A Companhia deve evitar contratar membros da equipe responsável pela auditoria das suas demonstrações financeiras para seu quadro de profissionais.

Não obstante, caso seja de interesse da organização a contratação de profissional nessa circunstância, tal contratação deve ser submetida ao Conselho de Administração para que, com o apoio do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, seja avaliado o impacto dessa contratação.

5. RESPONSABILIDADES

Esta política envolve a responsabilidade direta das seguintes áreas e instâncias:

Conselho de Administração

- (i) Aprovar a Política de contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria e suas futuras revisões;
- (ii) Assegurar, com o apoio do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que as demonstrações financeiras sejam auditadas por empresa de auditoria independente com qualificação e experiência apropriadas;
- (iii) Assegurar, com o apoio do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que a empresa de auditoria independente cumpra as normas profissionais de independência, incluindo a independência financeira do respectivo contrato de auditoria;
- (iv) Avaliar as respostas e as ações da Diretoria Executiva sobre as recomendações para melhoria dos controles internos apresentadas pela empresa de auditoria independente;

- (v) Aprovar as contratações ou substituições da empresa de auditoria independente, mediante parecer emitido pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos

- (i) Analisar a Política de Contratação de Auditoria independente e Serviços Extra Auditoria, assim como quaisquer outras solicitações de serviços demandas pelos órgãos de administração da Companhia à empresa de auditoria independente contratada, inclusive à luz do advento de novos dispositivos legais e normativos, das características da Companhia e da evolução de práticas de mercado, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
- (ii) Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a contratação ou substituição da empresa de auditoria independente;
- (iii) Manter reuniões periódicas com os representantes da empresa de auditoria independente, com o objetivo de entender o plano anual de trabalho e monitorar o seu desenvolvimento;
- (iv) Avaliar e recomendar, ou não, a aprovação de eventuais contratações de serviços extra auditoria junto à empresa de auditoria independente;
- (v) Receber a declaração anual dos representantes da empresa de auditoria independente, na qual confirmam a sua independência durante toda a execução dos trabalhos;
- (vi) Avaliar periodicamente a independência, a qualidade e a execução dos trabalhos da empresa de auditoria independente, atuando como canal de comunicação entre os auditores e o Conselho de Administração.

VP de Finanças e Controladoria:

- (i) Manter esta Política atualizada e garantir a sua aplicação;
- (ii) Atuar junto aos representantes da empresa de auditoria independente, fornecendo todas as informações solicitadas e intermediando as relações dos profissionais da empresa de auditoria independente junto às demais áreas da Companhia;
- (iii) Conduzir o processo de contratação ou substituição da Auditoria Independente, obtendo, no mínimo, propostas de serviços junto a 3 (três) empresas de auditoria independente;
- (iv) Submeter, anualmente, o processo de contratação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e ao Conselho de Administração;
- (v) Analisar a declaração de não conflito enviada pela empresa de Auditoria Independente e opinar ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos quanto à contratação dos serviços extra auditoria a serem prestados pela empresa de Auditoria Independente;
- (vi) Analisar e aprovar o contrato a ser celebrado com o Auditor Independente ou com Partes Relacionadas do Auditor Independente;
- (vii) Submeter eventual contratação de Serviços extra auditoria ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e Conselho de Administração.

Departamento Jurídico

- (i) Analisar as propostas das empresas de auditoria independente, particularmente quanto à aderência à legislação e declaração de não conflito, e opinar ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e Conselho de Administração sobre os serviços Extra Auditoria a serem contratados pela empresa de Auditoria Independente.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Política entra em vigor quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração.